

A stylized profile of a human head facing left, filled with horizontal bands of rainbow colors: red, orange, yellow, green, and blue. The head is set against a teal background with white geometric lines forming a large 'V' shape.

Homocultura e as Novas Formas de Ler a Sociedade

Christopher Smith Bignardi Neves
(Organizador)



Homocultura e as Novas Formas de Ler a Sociedade

Christopher Smith Bignardi Neves
(Organizador)

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Faria – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
H768	Homocultura e as novas formas de ler a sociedade [recurso eletrônico] / Organizador Christopher Smith Bignardi Neves. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-744-4 DOI 10.22533/at.ed.444190611 1. Homocultura. 2. Homossexualidade – Aspectos sociais. I. Neves, Christopher Smith Bignardi. CDD 306.76
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Ilustre leitor e leitora, essa obra que vos apresento é uma construção coletiva, feita por várias mentes brilhantes que se dedicaram para produzir esses textos que reflete parte de seus conhecimentos. O resultado é um livro transdisciplinar, elabora por especialistas sensíveis a temática, esse volume engloba as áreas da educação, da saúde e do direito.

O termo Homocultura, aborda mais do que diversidade cultural e sexual, associa o discurso teórico e político a uma consciência histórica. As investigações sobre a Homocultura, foram intensificadas no Brasil no início do terceiro milênio, estimuladas pelas discussões proporcionadas por Mário César Lugarinho e José Carlos Barcellos. A Homocultura proporciona novos comportamentos sociais, intervenções e ações, que refletem em discussões, tais como: os direitos homoafetivos; a homoparentalidade, as identidades homoeróticas; a relação etnia-sexualidade, entre outras possibilidades.

Coube a mim o desafio de compilar esta obra que, estabelecerá certamente um diálogo com a sociedade. Esse livro além do fator teórico, apresenta um fator político, uma vez que os pesquisadores abordam temas relacionado as sexualidade, gêneros, machismos e etnias, constituídos socialmente como um tabu. Os esforços destes vinte e cinco pesquisadores, refletem um exercício de alteridade, posicionam-se no lugar outro, para nos apresentar novas perspectivas de análise.

Para diminuir algumas limitações teórico-metodológicas as contribuições dos autores e das autoras estão agrupadas em seções, de modo que a primeira seção abordará ensaios teóricos que fornecem embasamentos para a compreensão do tema Homocultura, permeando pelas Ciências Sociais, pela Psicologia e pelo Direito; a seção seguinte apresenta estudos empíricos, agrupados pelas áreas da Saúde, das Ciências Sociais, do Direito, e da Educação, que foram desenvolvidos na região sudeste, norte e nordeste do país.

Iniciamos o livro com o estudo bibliográfico realizado por *Vinicius Santos* (Capítulo 1) nos faz refletir sobre a constituição de uma Esfera Pública LGBT, para tanto o autor faz uma digressão acerca da democracia deliberativa apoiando-se em dezenas de teóricos das Ciências Sociais. O estudo bibliométrico de *Juliana Costa* e *Elaine Fernandez* (Capítulo 2), que direciona a pesquisa para a relação lesbianidades e prostituição sexual, as autoras encontraram no portal Capes, três teses e quatro dissertações defendidas entre os anos de 2003 e 2012, o que possibilita discorrer sobre a pouca produção científica existente. *Paola Cantarini* (Capítulo 3) contribui ao discorrer sobre o Estado Democrático de Direito, a autora relaciona a arte e o direito a partir do sociólogo Boaventura de Sousa Santos, seu artigo aborda um direito democrático e transgressor. A mesma autora (Capítulo 4) expõe a necessidade do resgate de um vínculo transcendental das instâncias sociais, onde o Direito aplica novas interpretações da sociedade, adotando os princípios da proporcionalidade, de modo interdisciplinar agregando os saberes do Direito, da Filosofia e da Arte.

Abordando as mulheres encarceradas *Yohana Monteiro* (Capítulo 5) tece um breve panorama sobre a realidade dos presídios, ponderando que estes espaços de dominação sob a égide do panóptico, vigia e estigmatiza cada vez mais a mulheres negras e pobres.

A segunda seção desta obra apresenta tênues subdivisões. As abordagens da Saúde iniciam-se no estudo de *Rosângela Vera* (Capítulo 6), que inclui as lentes das Ciências Sociais para apresentar os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres residentes em uma comunidade quilombola, localizada no interior do Maranhão, que sofrem com a ausência de políticas públicas de saúde. *Severino Leão, Elzomar Freire e Karoline Dias* (Capítulo 7) identificam que a cultura machista reflete na falta de cuidado com a saúde masculina, identificam que perdura entre os homens o preconceito relacionado ao exame do toque retal, e, através de uma campanha educativa incentivaram centenas de pacientes a realizar o procedimento para identificar a neoplasia. Através da 12ª Jornada Nordestina de Cidadania Plena LGBT, ocorrida em Picos (PI), *Glauber Macedo, Martha Sousa, José Sobreira e Paulo Souza Junior* (Capítulo 8), tecem reflexões que abordam temas relacionados aos processos decoloniais e política públicas para a população LGBT e em especial à saúde de pessoas Trans. Por meio do mesmo evento. Sob a ótica do Direito e das Ciências Sociais, *José Moraes, Geane Borges, Samuel Hora e Wendy Moraes* (Capítulo 9) produzem um diálogo com o leitor, e também, com quatro entrevistados que participaram do referido evento.

A última seção retrata os artigos sobre a educação, neste espectro Máira Sarmanho e Roosyelma Santos (Capítulo 10) desenvolvem pesquisa acerca de gênero e sexualidade nas percepções dos professores e estudantes de uma escola pública de Bélem (PR). *Luiz Luz e Ana Rufino* (Capítulo 11) entendem a dificuldade em discutir no ambiente escolar as questões de gênero e sexualidade, buscam em teóricos queer uma explanação para que se efetive essa prática na educação infantil. As reflexões de *André Barbosa, Angela Venturini e José Freitas* (Capítulo 12) visam contribuir para criação de um pensamento descolonizado, por se enquadrar numa Instituição de Ensino Superior, os autores refletem sobre sua identidade, formação e local de fala. Encerrando o livro, encontra-se o artigo de *Fernanda Webering e André Barbosa* (Capítulo 13), inquerem treze pró-reitores de uma universidade federal a respeito de cultura, política e prática de inclusão, constatando a invisibilidade das pessoas trans no meio acadêmico.

Pensar e repensar conceitos e pré-conceitos pode ser viabilizado por meio desta obra, que anseio contribui para que vocês, leitores e leitoras, possam utilizá-las em suas atribuições sobre cultura e modos de coligir o mundo.

Christopher Smith Bignardi Neves

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
POR UMA ESFERA PÚBLICA LGBT: DE J.HABERMAS A NANCY FRASER	
Vinícius Barriga dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.4441906111	
CAPÍTULO 2	12
LESBIANIDADES E PROFISSIONAIS DO SEXO: DIALOGANDO SOBRE RELAÇÕES AFETIVO-SEXUAIS E TRABALHO	
Juliana Mazza Batista Costa	
Elaine Magalhães Costa Fernandez	
DOI 10.22533/at.ed.4441906112	
CAPÍTULO 3	25
A ARTE E AS EPISTEMOLOGIAS DO SUL - A LUTA POR UM DIREITO EMANCIPATÓRIO E TRANSGRESSOR	
Paola Cantarini Guerra	
DOI 10.22533/at.ed.4441906113	
CAPÍTULO 4	36
MANIFESTAÇÃO DA RELIGIOSIDADE NO DIREITO E NA FILOSOFIA – PERSPECTIVA CRÍTICA DOS DIREITOS HUMANOS E DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	
Paola Cantarini	
DOI 10.22533/at.ed.4441906114	
CAPÍTULO 5	52
GÊNERO, RAÇA E SEXUALIDADE: A DISCUSSÃO SOBRE AS MULHERES PRESIDARIAS DO INSTITUTO PENAL FEMININO (IPF)	
Yohana Tôrres Monteiro	
DOI 10.22533/at.ed.4441906115	
CAPÍTULO 6	59
ANÁLISE INTERSECCIONAL DAS EXPERIÊNCIAS DE SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA DE MULHERES DE COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS DO INTERIOR MARANHENSE	
Rosângela de Sousa Veras	
DOI 10.22533/at.ed.4441906116	
CAPÍTULO 7	68
O DIA D DOS HOMENS A NÃO ADESÃO AO TOQUE RETAL E PREVENÇÃO DO CÂNCER DE PRÓSTATA E A IMPORTÂNCIA DO ENFERMEIRO	
Severino Francisco de Souza Leão	
Elzomar Mendonça Freire	
Karoline Mirapalheta Dias	
DOI 10.22533/at.ed.4441906117	

CAPÍTULO 8	76
POPULAÇÃO LGBT E O DIREITO À SAÚDE: ESTRATÉGIAS DECOLONIAIS DA MILITÂNCIA TRANS JUNTO À PREVENÇÃO COMBINADA DAS IST/HIV/AIDS E DESIGUALDADES NO ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS NA 12ª JORNADA LGBT DE PICOS-PI	
Glauber Bezerra Macedo	
Martha Virna de Sousa	
José Thiago Bezerra Sobreira	
Paulo Fernando Mafra de Souza Junior	
DOI 10.22533/at.ed.4441906118	
CAPÍTULO 9	88
O SONHO DA COR DO ARCO-ÍRIS E A HOMOFOBIA NO CAMINHO DE VIDAS	
José Borges de Moraes	
Geane Maria de Alencar Arrais Borges	
Samuel do Nascimento Hora	
Wendy Gonçalves Borges de Moraes	
DOI 10.22533/at.ed.4441906119	
CAPÍTULO 10	117
DISCUTINDO GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO FORMAL: TECENDO CAMINHOS PARA O RESPEITO À DIVERSIDADE SEXUAL	
Máira Bianca Sodré da Silva Sarmanho	
Roosyelma Priscilla Neves dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.44419061110	
CAPÍTULO 11	128
DESCONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO: AS DIVERSAS PRODUÇÕES COTIDIANAS DE PROFESSOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA TRABALHAR AS QUESTÕES DE GÊNEROS E SEXUALIDADES NA ESCOLA	
Luiz Otavio Ferreira da Luz	
Ana Daniela dos Santos Rufino	
DOI 10.22533/at.ed.44419061111	
CAPÍTULO 12	141
A DINÂMICA INCLUSÃO/EXCLUSÃO DAS IDENTIDADES DE GÊNERO NO CURRÍCULO DO CURSO DE PEDAGOGIA DO INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO E O PENSAMENTO DESCOLONIZADO	
André Luiz dos Santos Barbosa	
Angela Maria Venturini	
José Guilherme de Oliveira Freitas	
DOI 10.22533/at.ed.44419061112	
CAPÍTULO 13	148
POLÍTICAS INTERNAS DA UFRJ PARA COMBATER O PRECONCEITO COM AS PESSOAS TRANS	
Fernanda Iglesias Webering	
André Luiz dos Santos Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.44419061113	
SOBRE O ORGANIZADOR	153
ÍNDICE REMISSIVO	154

POR UMA ESFERA PÚBLICA LGBT: DE J.HABERMAS A NANCY FRASER

Vinícius Barriga dos Santos

Universidade Federal do Amapá, Departamento
de Filosofia e Ciências Humanas
Macapá – Amapá

RESUMO: A proposta deste artigo consiste em revisitar a construção do conceito de Esfera Pública proposto por J.Habermas objetivando discutir e mapear suas recentes reformulações e críticas. Nosso objetivo principal é, a partir de pesquisa bibliográfica, fazer ver as condições de possibilidade da constituição de uma proposta de Esfera Pública LGBT a partir da noção de “subalternos contra-públicos”, de Nancy Fraser, onde há a denúncia dos mecanismos de seleção e os “vícios estruturais” que historicamente privam as minorias discriminadas da participação nos processos deliberativos democráticos na contemporaneidade. Em nosso estudo teórico, almejamos pensar em uma Esfera Pública pulsante e porosa, que tenha os pressupostos necessários para a integração da população LGBT no cerne das decisões políticas institucionais, um conceito mais amplo a fim de nos oferecer um instrumento adequado para analisar os ciclos simultâneos de democratização do direito de ter sua voz ouvida e o ajuste estrutural das desigualdades simbólicas que estigmatizam o público LGBT.

PALAVRAS-CHAVE: Esfera Pública; Teoria

Democrática; Deliberação.

FOR A LGBT PUBLIC SPHERE: FROM N.FRASER TO J.HABERMAS

ABSTRACT: The purpose of this paper is to revisit the construction of the concept of Public Sphere proposed by J. Habermas aiming to discuss and map their recent reformulations and criticisms. Our main objective is, based on bibliographic research, to show the conditions of possibility of constituting a LGBT Public Sphere proposal from the notion of “counter-public subordinates”, by Nancy Fraser, where there is the denunciation of the selection mechanisms. and the “structural vices” that historically deprive discriminated minorities of participation in contemporary deliberative democratic processes. In our theoretical study, we aim to think of a pulsating and porous Public Sphere that has the necessary assumptions for the integration of the LGBT population into the heart of institutional political decisions, a broader concept in order to offer us a suitable instrument for analyzing simultaneous cycles democratization of the right to have their voice heard and the structural adjustment of the symbolic inequalities that stigmatize the LGBT public.

KEYWORDS: Public sphere; Democratic theory; Deliberation.

1 | INTRODUÇÃO

A noção de “Esfera Pública”, articulada por J.Habermas, é uma categoria analítica e conceitual essencial para pensarmos a Democracia contemporânea em uma perspectiva deliberativa, posto que os regimes democráticos ocidentais tem buscado por seu intermédio concretizar o processo de constituição da soberania popular, isto é, o processo de democratização. Em termos gerais a “Esfera Pública” surge como uma “estrutura intermediária” entre o Aparato Estatal e a Sociedade, com caráter de mediação, na qual os assuntos ditos “públicos” são discutidos e analisados racionalmente pelos atores sociais em um processo deliberativo. A quintessência de tal processo é a formação comunicativa de uma “Opinião Pública” que, desta forma, articula o fluxo ou o poder comunicativamente gerado da sociedade civil em direção à complexidade burocrática e institucional do aparelho governamental, no intento de pressioná-los, direcioná-los, de se fazer ouvir, de objetivar as demandas e anseios.

Entretanto, é explícito que determinados segmentos societários possuem uma proeminência no quesito de “se fazer ouvir” em detrimento de outros grupos que são subalternizados e excluídos de tal processo e, conseqüentemente, das políticas institucionais. A população LGBT é elucidativa de tal exclusão, na medida em que são impedidos de ocuparem os locais de “fala e escuta”, tanto pela dinâmica social da estigmatização (marcadores simbólicos negativos, homofobia) e pelos “filtros” institucionais que agregam desigualdades na Esfera Pública, a presente situação agrava-se em comparação com a super-ocupação desses lugares de poder por homens plutocratas, brancos e heterossexuais que não abrangem a pluralidade e a diversidade de sujeitos, pensamentos e interesses dos grupos minoritários brasileiros. Destarte, questionar-nos-emos: o modelo deliberativo de Habermas tem potencialidade para se contrapor às assimetrias sociais, culturais/simbólicas e promover a inclusão dos grupos estigmatizados? Máxime, quais as condições de possibilidade de constituição de uma Esfera Pública crítica, porosa, paritária e LGBT?

Neste diapasão, o objetivo geral do presente estudo consiste em revisitar a construção do conceito de Esfera Pública proposto por J.Habermas almejando discutir e mapear suas recentes reformulações e críticas, tendo como pano de fundo a teoria deliberativa da democracia. Nosso objetivo específico é, a partir de pesquisa bibliográfica, fazer ver as condições de possibilidade da constituição de uma Esfera Pública LGBT a partir da noção de “Contra-públicos Subalternos”, de Nancy Fraser, onde há a denúncia dos mecanismos de seleção e os “vícios estruturais” que historicamente privam as minorias discriminadas da participação nos processos deliberativos democráticos na contemporaneidade. No presente estudo teórico, almejamos pensar em uma Esfera Pública pulsante e porosa, que tenha os pressupostos necessários para a integração da população LGBT no cerne das decisões políticas institucionais. Para tanto, o itinerário perpassará por uma 1) digressão histórica e teórica visando a caracterização da especificidade da

Democracia Deliberativa, em seguida, 2) críticas e reformulações acerca da noção de Esfera pública e, concluindo, 3) proposta de uma Esfera Pública LGBT.

2 | A ESPECIFICIDADE DA DEMOCRACIA DELIBERATIVA: UMA DIGRESSÃO

A passagem do catastrófico século XX, em suas consequências nas múltiplas dimensões do mundo humano, erigiu a democracia enquanto imperativo ético e normativo da prática e do discurso político ocidental, conforme aponta Miguel (2005, p.1) o pretense consenso em torno da vigência do paradigma democrático é meramente aparente, posto que a própria semântica constitutiva do conceito de “democracia” tornou-se objeto de disputa política, onde grupos dos mais diversificados interesses reivindicam e ressemantizam tal conceito a partir de suas pretensões e objetivos, desdobrando-se em uma complexa polissemia em torno do termo. Tal perspectiva agonística propicia o solo epistêmico para o engendramento de múltiplos modelos de democracia (Liberal Pluralista, Republicanismo Cívico, Participativa, Multiculturalismo), neste primeiro momento o objetivo que balizará nossa digressão teórica é a compreensão da especificidade do modelo deliberativo da democracia a partir do quadro analítico comparativo proposto Jürgen Habermas (1995), para tanto recorreremos a partir da cronologia da teoria democrática no século XX, perpassando sucintamente por uma caracterização do modelo hegemônico liberal até a “virada deliberativa” (DRYZEK, 2000, p.77), dando ênfase na potencialidade de inclusão paritária de minorias enquanto indicador crítico e chave de leitura.

A primeira metade do século XX, marcado por duas grandes guerras mundiais, configurou-se como um período de profunda crise do sistema democrático e de suas promessas fundamentais (“governo do povo, para o povo e pelo povo”), conforme aponta Avritzer (2000, p.27) Max Weber foi um dos teóricos sociais cuja obra melhor exteriorizou o profundo descontentamento e desconfiança em relação a democracia e ainda adiantou elementos que posteriormente integrariam a concepção hegemônica de democracia, a Liberal-Pluralista conforme a classificação de Miguel (2005). O sociólogo alemão em sua obra “A Ciência como Vocação”, percebe a tendência ao pluralismo cultural nas sociedades contemporâneas e a partir desta constatação sociológica questiona as condições de possibilidade comunicativas envolvendo um debate entre diferentes tradições culturais, suas reflexões acerca desta problemática possuem um *ethos* pessimista posto que para ele “as esferas de valor do mundo estão em conflitos irreconciliáveis entre si” (WEBER, 1996, p. 84), destarte, a colocação weberiana perpassa por uma impossibilidade de resolução de conflitos culturais na modernidade, o que terá profundas implicações políticas na teoria democrática (AVRITZER, 2000, p.9).

Outro elemento da teoria hegemônica da democracia encontrado em Weber é seu questionamento acerca da participação popular na perspectiva da administração, isto

é, a problemática em torno de como articular a participação popular com a crescente complexidade burocrática do aparato estatal, conforme aponta Avritzer (2000, p.12) a participação para o pensador alemão seria completamente contraproducente em virtude da complexidade administrativa. As implicações políticas das constatações weberianas terão ressonância na obra de Joseph Schumpeter, considerado o ponto de partida para pensarmos a concepção liberal-pluralista de democracia.

Segundo Avritzer (2000, p. 30) Schumpeter irá avaliar os potenciais argumentativos da democracia cuja consequência é esvaziamento da dimensão comunicativa da política pela sua tentativa de reconstruir a democracia com base em uma concepção restrita de soberania popular, descartando os elementos argumentativos por dois fatores primordiais: a integração do homem comum a política e o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa, dessa forma considera que a discussão entre indivíduos livres e iguais perde centralidade. De acordo com Miguel (2005, p. 6) Schumpeter reduz a democracia a um método de gerar uma minoria governante legítima, no qual o povo ao invés de escolher representantes que expressem suas opiniões, passaria a escolher indivíduos que estariam tomando as próprias decisões, portanto o processo de formação do governo se daria pela luta competitiva da elite pelos votos do povo, onde o processo eleitoral consistiria em mera agregação de preferências manipuladas e preconceitos (MIGUEL, 2005, p.7).

Decorre das proposições anteriores um grande reducionismo do alcance da democracia, Schumpeter reestruturará em novas bases aquilo que chama de “doutrina clássica da democracia” (SCHUMPETER, 1961, p.122) para tanto, “destrói” os seus “mitos”, isto é, suas pedras angulares: a noção de “bem-comum”, igualdade e participação política nas decisões, vontade geral e a noção de cidadão ativo e consciente no debate democrático. Não fortuitamente, convencionou-se a designar as reflexões Schumpeterianas de “Elitismo Democrático” que posteriormente encontrará em Anthony Downs o seu formato final.

Apropriando-se das proposições de Schumpeter, Downs irá propor que a combinação entre o mecanismo da competição eleitoral entre elites e a apatia e desinformação dos indivíduos representará uma fórmula efetiva de governo (MIGUEL, 2005, p.9). Os aspectos deliberativos da política democrática são praticamente rejeitados por uma das proposições centrais de Downs, na qual os indivíduos nos governos democráticos possuem duas qualidades que os definiriam como racionais: a capacidade de formar um ranking de suas preferências e interesses e de relacioná-las com as propostas feitas pelas elites (AVRITZER, 2000, p. 31), portanto, o esvaziamento e negligência em relação à deliberação política se dão pelo pressuposto de Downs, no qual o voto configura-se de acordo com uma vontade individual e pré-formada (AVRITZER, 2000, p.33), logo, pela negação de que os indivíduos colocam em debate e argumentação as suas preferências e vontades. Constata-se que o modelo hegemônico liberal de democracia, proeminente na primeira metade do século XX, suprime a construção das vontades e identidades coletivas da política

(MIGUEL, 2005, p.13), ao considerar a discussão um elemento imprescindível para a democracia, a teoria deliberativa reconstitui e erige o debate público como um dos alicerces da democracia, apresentando-se como uma alternativa aos modelos democráticos vigente.

A democracia deliberativa, cuja principal matriz é a filosofia de Jürgen Habermas, se insere em um movimento de recuperação das dimensões comunicativo-argumentativas na análise do político, objetivando romper com o pretensão empirismo da teoria liberal hegemônica (MIGUEL, 2005, p.16). Negando a percepção de que a democracia reduz-se a um simplório método para agregação de vontades prévias, a vertente deliberativa fundamenta a formação da vontade e opinião a partir das interações discursivas na esfera pública, conceito fundamental para o deliberacionismo democrático, recuperando certos ideais participacionistas de ênfase na ampliação da participação.

Para delinear a especificidade da Democracia Deliberativa em relação aos outros modelos consideraremos primordialmente o texto “Três modelos normativos de democracia” de Habermas (1995). Jürgen Habermas, no intento de formular uma concepção deliberativa procedimental de democracia, parte de um quadro comparativo entre os modelos liberal e republicano, cujo objeto de comparação é o “processo de formação democrática da opinião e da vontade” (HABERMAS, 1995, p. 40). Sintetizando o que foi exposto no início, na concepção liberal o processo democrático tem a incumbência de intermediar a sociedade (sistema estruturado pelas leis do mercado) e o Estado (administração pública), deste modo a política surge na perspectiva de agregar interesses e os impor ao aparato estatal (HABERMAS, 1995, p. 43), o processo democrático da formação da opinião e da vontade, esvaziado de sua dimensão comunicativa e argumentativa, é determinado pelo mecanismo concorrencial entre elites. A política é concebida de modo instrumental, onde o Estado é o cerne do poder político e da sociedade, segundo Habermas (1995, p. 43) este modelo democrático se orienta pelo lado *output* da avaliação dos resultados da atividade estatal.

A concepção republicana, para além do mero instrumentalismo, capta a política enquanto um fim em si mesmo, esta concepção vai exaltar a cidade grega e romana como um ideal a ser imitado (MIGUEL, 2005, p 13). A política não está sujeita as leis do mercado, mas atende às estruturas da comunicação pública orientada para o entendimento mútuo, configurada dentro de um espaço público (HABERMAS, 1995, p.44), portanto a formação democrática da vontade e da opinião deve resultar da auto-compreensão dos atores sociais livres e iguais, o que legitimaria o processo político. Distinguindo-se da concepção liberal, este modelo democrático opera com um conceito de sociedade enquanto cerne do poder político, orientando-se pelo *input* da formação da vontade política (HABERMAS, 1995, p. 43).

O modelo deliberativo combina elementos de ambas as concepções e os articula em um conceito de procedimento ideal para decisões e deliberações (LUBENOW,

2010, p.4). Segundo Habermas (1995, p. 44) esta concepção do processo democrático tem aspectos normativos mais fortes que o liberalismo, mas menos normativos que o republicanismo, aqui noção de “Deliberação” adquire certa centralidade por constituir-se enquanto uma categoria normativa que assinala uma concepção procedimental de legitimidade democrática (HABERMAS, 1995), o que gera um modelo conceitual distinto para a definição da natureza do processo democrático. Desta forma, esta concepção está centrada nos procedimentos formais que indicam “quem” participa, e “como” fazê-lo, no entanto não diz nada sobre “o que” deve ser decidido (LUBENOW, 2010, p. 6).

Assim como no modelo liberal, a concepção deliberativa de democracia respeita os limites entre Estado e sociedade, não obstante distingue sociedade civil (base social autônoma das opiniões públicas) do sistema econômico e da administração pública. Como o republicanismo, a abordagem deliberativa dá centralidade ao processo político de formação da opinião e da vontade, por conseguinte a implicação normativa deste aspecto da teoria deliberativa consiste na proposição em que a força de integração social da solidariedade é extraída das fontes da ação comunicativa que precisa desenvolver-se em esferas públicas autônomas e na institucionalização dos procedimentos de formação democrática da opinião e vontade (HABERMAS, 1995). Nesta perspectiva, deliberação e procedimento constituem o cerne do processo democrático, no qual os pressupostos comunicativos tornam-se os principais meios para a racionalização discursiva das decisões políticas. De acordo com Lubenow (2010, p. 7) os procedimentos democráticos são mais racionais na medida em que são sensíveis a formação informal da opinião que resulta da esfera pública, isto é, as comunicações públicas devem ser captadas pelos meios responsáveis (partidos, associações) e canalizados para os foros institucionais de tomada de decisão.

A obra de Jürgen Habermas é o impulso teórico responsável pela “virada deliberativa” (DRYZEK, 2000, p.77) na teoria democrática, é a partir do seu quadro conceitual que vários autores irão se debruçar para avançar na concepção deliberativa de democracia reformulando-a, criticando-a, mudando a perspectivas e pesos de certos componentes do todo teórico. J. Cohen(2009) entende por democracia deliberativa uma associação de indivíduos, onde suas relações estão sob a égide da deliberação pública de seus membros, já S. Benhabib(2009) irá asseverar que uma das premissas necessárias para chegar a legitimidade nos processos de decisão política é que as instituições democráticas estejam sensíveis aos resultados dos processos de deliberação coletiva, no mesmo diapasão M. Cooke (2000) assegura que a concepção deliberativa de democracia reserva centralidade a discussão na vida política.

Em síntese, a democracia deliberativa possui quatro características centrais, segundo Avritzer (2009), em primeiro lugar a teoria deliberativa supera a concepção agregativa de democracia cujo centro é o voto (Schumpeter) dando centralidade ao processo de argumentação e mudança de preferência nas tomadas de decisão;

em segundo lugar a democracia deliberativa identifica a racionalidade política com a ideia de mudança e justificação de preferências, enfatizando o input do processo democrático de construção deliberativa da opinião e da vontade; em terceiro lugar, a concepção deliberativa propõe um princípio de inclusão (princípio D), todo processo democrático deve incluir todos aqueles potencialmente afetados pelas suas decisões; por último, a democracia deliberativa postula a construção institucional com base na ideia de que as preferências individuais são formadas por discussões, o que implica que devem procurar instituições capazes de efetivas tais preferências. (AVRITZER, 2009, p. 8).

3 | ESFERA PÚBLICA: CRÍTICAS E REFORMULAÇÕES

A primeira formulação sistemática em torno do conceito de “esfera pública” foi realizada por Habermas na sua obra *Mudança estrutural da esfera pública*. Nesse quadro teórico, o autor analisa o processo histórico de configuração de um novo espaço a partir do século XVIII, auge do desenvolvimento do capitalismo mercantil e da ascensão da burguesia, situado entre a sociedade e o Estado, tendo como principal característica o debate livre e racional entre os cidadãos sobre questões públicas (PERLATTO, 2014, p.7). Segundo o autor, a Esfera Pública configurou-se como uma nova fonte de legitimidade do poder, na medida em que as opiniões, formadas pelo processo de deliberação, passaram a ser legitimadas pela força dos melhores argumentos racionais empregados no debate público, estes deveriam ser considerados e estimados independentemente da condição social do sujeito discursivo (poder, riqueza ou status social) (PERLATTO, 2014, p.9).

Conforme Calhoun (1992 apud PERLATTO 2014), nos trabalhos posteriores de Habermas, notadamente em *A teoria do agir comunicativo* e *Direito e democracia*, a esfera pública livra-se dos grilhões da categoria “instituição histórica”, passando a concernir a faculdade a-histórica do homem para a comunicação humana, inserindo a categoria “Esfera Pública” no núcleo de sua concepção procedimental de democracia, erigindo-a como um “fórum” discursivo do agir orientado para o entendimento, onde se daria o processo deliberativo de formação e reprodução dos valores democráticos a partir de redes deliberativas de conteúdos e tomadas de posição (HABERMAS 1992).

No entanto, a reformulação teórica fundamental sobre a noção de Esfera Pública é estabelecida no prefácio de 1990 à *Mudança estrutural da esfera pública*, onde o autor, segundo Bunchaft (2014, p.14) daria ênfase na influência e efetivação do potencial político do modelo comunicativo de Esfera Pública nos arranjos político-institucionais, ou seja, tratava-se de elucidar a potencialidade da Esfera Pública em mobilizar os impulsos comunicativos racionalizados dentro da mesma e direcioná-los ao poder político-administrativo, em outras palavras, a sua própria capacidade

de mediação, de mapear e articular temas, problemáticas e questões do “Mundo da vida” de modo a inseri-los nas pautas do aparato estatal. Em *Direito e democracia*, a Esfera Pública encontra seu papel mais proeminente, o foco do filósofo alemão é no processo de autodemocratização interna do sistema político, de modo a elucidar a articulação entre o poder comunicativamente gerado na Esfera Pública e o poder administrativo instituído pelo complexo estatal (BUNCHAFT, 2014, p.17).

Em síntese, a esfera pública constitui uma “estrutura intermediária” que medeia as relações entre o Estado, sistema político e o mundo da vida, apresentando-se enquanto um centro potencial de comunicação que revela um raciocínio de natureza pública (compreensibilidade geral), relaciona-se também com o “espaço social” gerado pelo agir comunicativo, no qual colidem fluxos de comunicação engendrando o processo formação da opinião e da vontade (LUBENOW, 2010, p.17). Tal esfera pode ser descrita, de forma mais precisa, como uma rede que pressupõe a “comunicação de conteúdos e de tomadas de posição e, portanto, de opiniões; os fluxos de comunicação são aí filtrados e sintetizados de modo a se condensarem em opiniões públicas reagrupadas em função de um tema específico” (HABERMAS, 1997, p. 43). Em síntese Lubenow (2010, p.12) dirá que as características essenciais da esfera pública consistem em ser um espaço irrestrito de comunicação pública, onde não vigora nenhum um tipo de a priorismo, aberta a todo o âmbito social, é sempre indeterminada em relação aos conteúdos ou agenda política.

Focalizando o caráter de estrutura intermediária da esfera pública, constata-se que é a partir da articulação dos fluxos de comunicação, que emergem das esferas públicas informais em direção para a esfera formal, que se engendra o poder comunicativo, vejamos:

O processo democrático da deliberação carrega o fardo da legitimação. E daqui brota o “poder comunicativo”. O poder comunicativo é o “poder” que resulta do procedimento deliberativo de discussão e deliberação, que toma forma na esfera pública e que geralmente é contraposto à esfera do poder político-administrativo. No entanto, a esfera pública não exerce poder, mas influência [...] A figuração na esfera pública não pretende e nem o conflito gira mais em torno do sítio mas os diferentes tipos de influência [...](LUBENOW, 2010, p. 24)

Percebe-se, portanto, a interdependência entre o poder administrativo e o poder comunicativo que constitui a condição de uma política deliberativa bem sucedida, se devendo ao “jogo combinado de deliberações institucionalizadas e das opiniões públicas que se formam de maneira informal” (HABERMAS, 1997, p.46). Destarte, a partir do exame das reverberações e reformulações conceituais da operacionalidade da categoria “Esfera Pública”, desvela-se a sua importância crucial no cerne da teoria democrática deliberativa.

Entretanto, a problemática fulcral que baliza o presente estudo é: modelo deliberativo de Habermas tem potencialidade para se contrapor às assimetrias sociais, culturais/simbólicas e promover a inclusão dos grupos estigmatizados? O critério da racionalidade discursiva seria de fato capaz de promover uma esfera

onde as desigualdades sociais e simbólicas não seriam consideradas? A igualdade formal se configuraria como igualdade de fato no quesito de ter acesso à fala e de se fazer ouvir? A opinião pública comunicativamente formada abrangeria a fala dos estigmatizados?

Nancy Fraser, em sua crítica ao modelo de Esfera Pública Habermasiano, é quem nos oferece o quadro analítico cujos elementos nos dão as condições de possibilidade conceituais de pensarmos a constituição de uma Esfera Pública LGBT.

A crítica da supracitada teórica feminista a Habermas concerne a sua “idealização” da Esfera Pública (PERLATTO, 2014, p.10). Para Fraser (1999, p.181) as diferenças sociais entre os sujeitos discursivos não podem ser neutralizadas por práticas dialógicas, com o critério do melhor argumento como propunha Habermas, pois tal perspectiva apenas reforça a dominação sobre grupos estigmatizados. A presunção de Habermas segundo a qual os grupos estigmatizados, apesar dos obstáculos, teriam acesso a deliberação na Esfera Pública, é negada por Fraser (1999, p.180) onde esta dirá que é necessário explicitar e tematizar publicamente as desigualdades e assimetrias e não postular que estas seriam suspensas na Esfera Pública, portanto, o pressuposto fundamental para a participação paritária seria própria a eliminação sistemática das desigualdades sociais, onde as políticas de reconhecimento devem almejar a realização da igualdade de status para as minorias (BUNCHAFT, 2014).

Em síntese, a ideia central na crítica de Fraser consiste na negação de uma esfera pública única e abrangente, posto que esta não consideraria as relações assimétricas de poder que constituem, historicamente, os processos de formação das esferas públicas contemporâneas (AVRITZER, 2004, p.23). Ora, uma esfera pública abrangente e única, segundo Fraser (1992 apud AVRITZER, 2004, p.26) pressuporia mecanismos de seleção que implicariam a definição prévia de quem seriam os atores efetivamente ouvidos e quais seriam os problemas e temas que ganhariam relevância pública, é nesta dimensão que se dá a exclusão e subordinação a priori dos grupos discriminados, como a população LGBT.

4 | EM VIAS DE CONCLUSÃO: UMA ESFERA PÚBLICA LGBT

Diante de um contexto de exclusão dentro de uma Esfera Pública, é imprescindível a ampliação dos espaços discursivos, sob pena de reprodução das relações de subordinação e dominação (BUNCHAFT, 2014, p. 21). Destarte, o conceito de “Contra-públicos Subalternos” proposto por Fraser enquanto espaços discursivos paralelos, por meio dos quais se criariam e circulariam os discursos contestadores, formação de identidades e as demandas específicas dos grupos subordinados (PERLATTO, 2014, p.28) é elucidativo e um poderoso fator analítico para pensarmos meios de constituição de espaços de deliberação subalternos. Portanto, posto que não é possível isolar dos espaços discursivos os efeitos da desigualdade social e

a persistência desta nos processos deliberativos, ocorridos nas esferas públicas, tenderá a reproduzir a vantagem dos grupos dominantes e as desvantagens dos subordinados, como o movimento LGBT. Isso posto, constatamos a necessidade de colocar em reflexividade a própria forma de constituição da política contemporânea de modo a explicitar seus vícios estruturais implícitos e, máxime, propor a constituição de uma Esfera Pública LGBT, na perspectiva dos Contra-Públicos Subalternos, enquanto uma estrutura específica, pulsante e porosa de captação das demandas, temáticas e problemas específicos desta população objetivando a formação de um poder comunicativo a adentrar e exercer pressão e influência no sistema político, favorecendo a democratização do mesmo.

REFERÊNCIAS

AVRITZER, L.; COSTA, S. Teoria crítica, democracia e esfera pública: concepções e usos na América Latina. Dados, 2004.

AVRITZER, Leonardo. Teoria democrática e deliberação pública, Lua Nova, São Paulo, 2000.

_____. Prefácio. In: MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro (org. e trad.). A deliberação pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

BUNCHAFT, Maria Eugenia. Esfera pública, reconhecimento e minorias: o diálogo Habermas-Fraser. Scientia Iuris. Londrina, 2014.

BENHABIB, Seyla. Rumo a um modelo deliberativo de legitimidade democrática. In: MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro (org. e trad.). A deliberação pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

COOKE, Maeke. Cinco argumentos a favor da democracia deliberativa. In: MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro (org. e trad.). A deliberação pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

COHEN, Joshua. Deliberação e legitimidade democrática. In: MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro (org. e trad.). A deliberação pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

DRYZEK, J. Legitimidade e economia na democracia deliberativa. In Participação e Deliberação: teoria democrática e experiências no Brasil contemporâneo. COLEHO, Vera Schattan P.; NOBRE, Marcos (Org.). Editora 34: São Paulo, 2004.

FRASER, N. Rethinking the Public Sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy. In: DURING, Simon (ed.). The Cultural Studies Reader. Londres: Routledge, 1999.

HABERMAS, Jürgen. Três modelos normativos de democracia. Lua Nova, São Paulo, n. 36, 1995.

_____. Direito e Democracia: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

_____. Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1984.

_____. The theory of communicative action. Reason and the rationalization of society. Boston, Beacon

Press, 1984.

LUBENOW, Jorge. Esfera Pública e Democracia Deliberativa em Habermas: Modelo teórico e discursos críticos. Kriterion, Belo Horizonte, 2010.

MIGUEL, L. F. Teoria democrática atual: esboço de mapeamento. BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, 2005.

PERLATTO, Fernando. Seletividade da esfera pública e esferas públicas subalternas na modernização brasileira. Rev. Sociol. Polit., 2015.

WEBER, Max. "A Ciência como vocação". In: ____ Ciência e política. Duas vocações, São Paulo: Editora Cultrix, 1996.

SOBRE O ORGANIZADOR

CHRISTOPHER SMITH BIGNARDI NEVES - é natural de Londrina, interior do Paraná. É Licenciado em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá e Tecnólogo em gestão de Turismo pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Com tripla Especialização na área de educação, sendo: Gestão Escolar (Instituto Superior do Litoral do Paraná); Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar (UFPR - Setor Litoral), e, Coordenação Pedagógica (UFPR). Mestre em Turismo pela Universidade Federal do Paraná (com bolsa CAPES). Se aperfeiçoou em Gênero e Diversidade na Escola. Cursa mestrado em Gestão e Direção de Equipes, pela Escola Nacional de Negócios de Barcelona (ENEB). Atualmente é Servidor na Prefeitura Municipal de Paranaguá, exercendo a função de Coordenador Pedagógico, desenvolveu atividades na UFPR como Professor Formador e Tutor a Distância nos anos de 2015 e 2016 na Especialização em Gênero e Diversidade na Escola, no ano de 2012 atuou como Professor no Instituto Federal do Paraná nos cursos de Organizador de Eventos e Monitor de Recreação. Participou de edições do Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual e da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura. Tem apreço pelas artes homoeróticas e queer, em especial pelo cinema e literatura. Realiza pesquisas principalmente nas seguintes áreas: História da homossexualidade; Movimento LGBT; Turismo LGBT; Consumo LGBT e outras relacionadas a não-heterossexualidade.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aids 22, 23, 30, 62, 63, 76, 77, 78, 80, 81, 82, 83, 85, 87

B

Boaventura de Sousa Santos 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 35

C

Cidadania 29, 30, 63, 66, 78, 79, 82, 84, 97, 116, 125

Ciências 1, 11, 29, 31, 32, 35, 36, 58, 59, 67, 88, 94, 117, 122, 144, 147, 150, 153

Colonial 59, 65, 82, 88, 89, 91, 99, 107, 122, 146

Colonialidade 32, 33, 82, 86, 99, 141, 142, 143, 145, 146

Colonialismo 26, 29, 145

Constituição 1, 2, 9, 10, 20, 30, 41, 43, 49, 50, 51, 60, 76, 79, 82, 103, 115, 122, 124, 126, 136, 137, 145

Corpo 21, 61, 63, 65, 81, 88, 92, 93, 95, 96, 97, 99, 101, 103, 104, 107, 109, 114, 116, 117, 118, 119, 120, 123, 124, 130, 131, 134, 139

Cultura 16, 18, 24, 33, 56, 61, 69, 70, 72, 73, 78, 82, 85, 96, 97, 102, 104, 116, 119, 121, 126, 129, 138, 147, 148, 150, 151

D

Decolonial 76, 77, 86, 116, 141, 146

Democracia 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 25, 29, 30, 32, 35, 39, 42, 46, 51, 65

Democrático 3, 4, 5, 6, 7, 8, 29, 30, 39, 40, 41, 42, 43, 48

Direito 1, 7, 8, 10, 19, 25, 26, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 54, 58, 59, 60, 63, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 85, 86, 88, 92, 93, 100, 101, 103, 105, 107, 108, 109, 110, 113, 114, 116, 118, 122, 124, 125, 131, 144

Discriminação 55, 78, 79, 80, 83, 85, 91, 106, 108, 118, 121, 122, 124, 125, 126, 131

Diversidade 2, 26, 27, 65, 66, 76, 83, 85, 87, 117, 118, 119, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 130, 131, 138, 139, 148, 153

E

Educação 16, 17, 23, 53, 56, 58, 70, 72, 73, 78, 80, 82, 83, 85, 88, 96, 97, 117, 118, 119, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 131, 132, 133, 134, 137, 138, 139, 140, 141, 143, 144, 146, 147, 148, 151, 152, 153

Epistemologia 25, 26, 27, 29, 33, 35

Escola 117, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 126, 127, 128, 130, 131, 132, 133, 134, 136, 138, 139, 145, 153

Esfera pública 1, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 41

Estado 5, 6, 7, 8, 30, 32, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 48, 51, 53, 54, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 72, 76, 78, 79, 81, 82, 83, 85, 92, 98, 104, 106, 117, 122, 124, 125, 126, 127, 140

Exclusão 2, 9, 16, 29, 30, 36, 38, 39, 49, 55, 82, 106, 119, 121, 122, 125, 135, 140, 141, 143, 144, 145, 146, 148, 149, 150, 152

F

Foucault 13, 16, 20, 23, 25, 27, 28, 29, 34, 35, 55, 58, 116, 121, 127, 132, 133, 134, 135, 139

G

Gays 13, 17, 19, 23, 24, 77, 78, 83, 87, 118, 124

Gênero 12, 13, 23, 24, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 74, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 86, 100, 104, 106, 109, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 136, 137, 138, 139, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 151, 152, 153

H

Habermas 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 40, 46, 51

Heteronormatividade 13, 17, 19, 124, 128, 136, 139

Heterossexuais 2, 19, 105, 136

Heterossexual 13, 90, 118, 122, 126

Heterossexualidade 19, 24, 119, 121, 126, 136, 139, 153

Hiv 22, 76, 77, 78, 80, 81, 82, 83, 85, 87

Homofobia 2, 79, 80, 82, 87, 88, 92, 103, 104, 107, 109, 116, 139, 140

Homossexuais 22, 79, 80, 82, 101, 103, 104, 105, 106

Homossexual 88, 103, 106, 116, 122

Homossexualidade 13, 14, 15, 17, 78, 101, 105, 106, 131, 153

I

Identidade 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 27, 65, 79, 81, 91, 104, 106, 118, 120, 121, 130, 134, 139, 140, 144, 145, 149

J

Jurídico 26, 27, 29, 30, 37, 39, 40, 41, 42, 47, 49

L

Lesbianidades 12, 13, 14, 15, 17, 18, 21, 22, 23

Lésbicas 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 77, 78, 83, 87, 101, 118, 124

LGBT 1, 2, 3, 9, 10, 16, 17, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 100, 101, 102, 104, 106, 107, 109, 114, 118, 119, 121, 122, 125, 126, 153

M

Masculino 13, 19, 20, 53, 56, 57, 69, 70, 71, 74, 120, 136, 142, 143, 144, 145, 149, 151
Minorias 1, 2, 3, 9, 10, 36, 78, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 102, 103, 106, 107, 109, 110, 111, 112, 113, 116

N

Negra 52, 54, 60, 64, 65, 108
Negro 55, 60, 65, 81

P

Poder 2, 5, 7, 8, 9, 10, 21, 28, 30, 31, 35, 41, 43, 48, 49, 50, 55, 58, 65, 84, 85, 89, 94, 96, 97, 98, 99, 101, 102, 104, 110, 111, 113, 114, 115, 120, 121, 129, 130, 132, 135, 141, 142, 143, 145, 146, 147
Política 3, 4, 5, 6, 8, 11, 19, 20, 24, 25, 27, 29, 31, 33, 34, 39, 42, 49, 60, 61, 62, 74, 78, 79, 80, 83, 84, 85, 86, 93, 99, 100, 108, 110, 125, 136, 139, 146, 147, 150, 151
Política pública 60, 61, 150
Preconceito 55, 75, 80, 81, 82, 83, 85, 86, 89, 98, 99, 100, 103, 109, 113, 114, 121, 124, 126, 137, 148, 151
Princípio da proporcionalidade 36, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51
Prostituição 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 24

R

Raça 35, 52, 54, 60, 64, 66, 76, 81, 91, 93, 95, 101, 105, 106, 120, 130, 132, 143, 145, 150
Racismo 19, 53, 55, 57, 64, 82, 93, 108, 116

S

Saúde 17, 22, 23, 24, 53, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 106, 117, 124, 150
Sexual 12, 13, 14, 17, 19, 20, 21, 22, 24, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 87, 88, 89, 91, 96, 100, 103, 105, 108, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 130, 131, 132, 134, 136, 138, 139, 153
Sexualidade 12, 20, 23, 24, 52, 54, 56, 60, 61, 62, 63, 66, 76, 78, 80, 82, 83, 86, 87, 99, 101, 104, 106, 109, 114, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 145, 149, 152
Sociedade 2, 5, 6, 7, 10, 13, 20, 29, 30, 31, 32, 35, 36, 38, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 64, 68, 69, 74, 75, 78, 79, 80, 83, 84, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 107, 109, 114, 115, 119, 120, 121, 124, 125, 126, 132, 134, 136, 142, 143, 145, 147, 151

T

Trans 34, 76, 77, 78, 82, 83, 85, 86, 127, 144, 148, 149, 151

Travestis 16, 17, 19, 23, 24, 77, 78, 82, 84, 86, 87, 118, 126

V

Violência 16, 17, 18, 21, 23, 48, 49, 78, 79, 82, 83, 84, 86, 87, 89, 91, 95, 100, 104, 108, 109, 115, 116, 118, 119, 124, 125, 126

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-7247-744-4



9 788572 477444